

*CONTRIBUIÇÃO PARA AS
MEMÓRIAS ACADÊMICAS*

Estudantes de São Paulo no arquivo de
Ubaldino do Amaral.

Hélio Vianna

Catedrático de História da Universidade
Federal da Guanabara.

Estudantes de 1868

Nesta época, em que os estudantes universitários, em numerosos países, procuram exercer intensa ação política, será oportuno lembrar quais eram, o que faziam, há um século, alunos da Faculdade de Direito de São Paulo, que, com a do Recife, ao Segundo Reinado, como depois à República Velha, forneceram as elites que até 1930 governaram o Brasil.

Naquele ano de 1868 brilhante era o corpo discente da Academia paulistana, pelo que já significavam, mas principalmente pelo que ainda viriam a ser, na política e nas letras brasileiras, os seus componentes.

Basta recordar que nêle se matricularam calouros que da Faculdade depois seriam eminentes professôres, como João Pereira Monteiro Júnior e Brasílio Augusto Machado de Oliveira, futuro Barão papalino; Fernando Luís Osório, Deputado Geral, filho do General do mesmo sobrenome, Barão, Visconde e Marquês do Erval; Hipólito de Camargo, magistrado; Peixoto Gomide e Silva Bastos, políticos paulistas; Benedito Cordeiro dos Campos Valadares, mineiro que na Câmara dos Deputados corajosamente combateu o atrabiliário govêrno do Vice-Presidente Marechal Floriano Peixoto.

Alunos do 2.º ano eram João Álvares Rubião Júnior, político paulista; Francisco Antunes Maciel, idem, gaúcho; Carlos Augusto de Carvalho, notável jurisconsulto, Ministro das Relações Exteriores de dois governos da República; José Machado Pinheiro Lima, do Paraná, magistrado em São Paulo.

Excepcionalmente brilhantíssimo, caso único em nossa História, o 3.º ano de 1868. Pois dêle fizeram parte dois dos melhores Presidentes da República: Francisco de Paula Rodrigues Alves e Afonso Augusto Moreira Pena; transferidos da Faculdade do Recife, os excepcionais baianos Antônio de Castro Alves e Rui Barbosa; ao contrário, em Pernambuco indo depois terminar o curso, Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo e o notável advogado Sancho de Barros Pimentel. E mais: Crispim Jaques Bias Fortes, futuro Presidente de Minas Gerais; Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, magistrado e professor da Academia; Alberto Bezamat, político conservador, depois republicano.

Dentre os quartanistas, figuravam o orador paulista Martim Cabral Moreira dos Santos; o mineiro Feliciano Augusto de Oliveira Pena, Senador da República; Francisco de Paula de Oliveira Borges, Deputado Geral e Presidente da Paraíba, magistrado.

Bacharéis de 1868, foram D. Francisco de Assis Mascarenhas, filho do Senador D. Manuel; Antônio Ferreira França, Ministro do Tribunal de Justiça de São Paulo; Carlos Leôncio de Carvalho e José Rubino de Oliveira, professôres da Faculdade, o penúltimo também Ministro do Império; Eduardo Ernesto da Gama Cerqueira, político mineiro; Venâncio de Oliveira Aires e José Francisco Diana, idem, gaúchos, o segundo último Ministro dos Negócios Estrangeiros do Império; Dídimo Agapito da Veiga, Presidente do Tribunal de Contas.

Na formatura, o abolicionista Antônio Bento de Sousa e Castro foi malcriado, agradecendo aos lentes João da Silva Carrão e Joaquim Inácio Ramalho (depois Barão de

Ramalho), dizendo, porém, nada ter a agradecer ao severo Francisco Maria de Sousa Furtado de Mendonça, no que foi apoiado por alguns colegas. Retirando-se da sala o ofendido, deu-se por incompleto o ato¹.

Cartas de Aureliano Coutinho a Ubaldino do Amaral.

Entre os terceiranistas de 1868 citamos o carioca Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho (1847/1897), filho do segundo casamento do Visconde de Sepetiba com uma neta de José Bonifácio de Andrada e Silva, D. Narcisa Emília de Andrada Vandelli de Oliveira Coutinho.

Estudante no Rio de Janeiro, depois no tradicional Colégio do Caraça, em Minas Gerais, cursou Direito de 1866 a 1870.

Do primeiro semestre de 1868 são sete cartas por êle dirigidas ao bacharel paranaense Ubaldino do Amaral Fontoura (1842/1920), formado no ano anterior àquele, então já advogando em Sorocaba. Muito se distinguira na Faculdade, onde grangeou prestígio mantido entre os ex-colegas.

Do conteúdo dessas missivas, numerosas são as observações úteis ao melhor conhecimento da vida estudantil da época.

Na primeira, de 19 de janeiro, dia em que Aureliano completava 21 anos de idade, escrita da Côrte, lamentou a falta de notícias do amigo, queixou-se do calor do Rio de Janeiro, que dificultava suas leituras: “Não há muito, li uma coisa que muitas recordações me trouxe: *A Côrte na Aldeia*, por RODRIGUES LÔBO. Bom estudo da língua, na verdade, mas comprado a trôco de boas maçadas! Durante a doença de minha Mãe, li para ela ouvir, essa triaga que

1. Para a coleta desses dados, servimo-nos principalmente do folheto: *Lista geral dos Estudantes Matriculados nas Aulas Maiores da Faculdade de Direito da Cidade de São Paulo no Ano de 1868* (S. Paulo, 1868), e de SPENCER VAMPRÉ, *Memórias para a História da Academia de São Paulo*, vol. II (S. Paulo, 1924), passim.

ela já tinha engolido desde os 13 anos, quando meu Avô ainda estava em Lisboa, como Secretário da Academia Real das Ciências², onde há, diz ela, muitas preciosidades antigas. Ó, nós lá, tendo o soporífero clássico para chamar o sono tôdas as noites!”

Cartas do segundo Aureliano Coutinho a Ubaldino do Amaral

Em capítulo anterior, começamos a comentar cartas em 1868 escritas pelo acadêmico de Direito AURELIANO DE SOUSA E OLIVEIRA COUTINHO ao bacharel UBALDINO DO AMARAL, advogado em Sorocaba.

Além da citada, de janeiro de 1868, outra já lhe havia enviado, por intermédio do Padre Chico, isto é, Francisco de Paula Rodrigues, depois professor de Francês nas Aulas Menores da Faculdade paulistana.

Já em São Paulo, a 20 de março, acusou carta do amigo, pela mãe devolvida do Rio de Janeiro. Entretanto, de la escrevera-lhe três, depois mais duas, de São Paulo. Por isso, não gostou que Machadinho (o futuro Barão Brasília Machado) de Ubaldino tivesse recebido um “libelo epistolar”.

Estando aquêle em começo de carreira, ofereceu-lhe os préstimos para tentar algo junto ao Vice-Presidente da

2. Neste ponto ligeiramente se enganou AURELIANO, pois seu avô materno, Alexandre Antônio Vandelli, foi “Guarda-Mor”, não própria-mente Secretário da Academia portuguesa, pôsto que coube ao bisavô José Bonifácio. Quando aquêle veio fixar-se no Brasil, sua filha Narcisa tinha realmente 13 anos, conforme o Passaporte de 19/10/1833, expedido em nome do Regente de Portugal, D. Pedro, então Duque de Bragança. Embora nascidos lá, como a avó Carlota de Andrada Vandelli, tornaram-se todos brasileiros, por naturalização (Alexandre) e por filiação (Carlota e Narcisa). (Cf. *Documentos biográficos de Alexandre Antônio Vandelli*, na Seção de Manuscritos da Divisão de Obras Raras da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro; indicação do Catálogo: C-302, 13).

Província, Joaquim Floriano de Toledo. O mesmo podendo fazer o colega Malheiro (Antônio Benedito dos Santos Malheiro), junto a certo Barão, talvez o de Tietê, também Vice-Presidente.

Quanto aos seus livros, não lhe enviava o 2.º volume de CORMENIN, por ter ficado com outro colega, Frederico de Almeida Rêgo.

E terminou: “O *Jornal* que debes assinar de preferência é o *do Commercio*”.

A 1.º de abril comunicou-lhe já ter pago a assinatura da *Asneirocracia*, isto é, do jornal paulista *Democracia*, aparecido no ano anterior.

Deu notícias de vários colegas, inclusive por meio de apelidos, difficilmente identificáveis. Um dêles era sempre o “Idiotinha”.

Notícias Teatrais Paulistanas.

A 3 de abril contou que, na véspera, fôra à cena o drama *Os Destinos*, de JOAQUIM NABUCO. “Prima pelo estilo, mas ressentente-se muito do *Suplício de uma Mulher*. O drama de F. Coelho — *Remorso Vivo* é uma criação fantástica, com um tipo à maneira da sombra de Banquo, no *Macbeth*. Parece-me que não se adapta à cena, e mesmo não está a par do ilustrado público da actualidade. São as únicas novidades que existem nesta boa terra”.

Ainda como repercussão teatral, aludiu aos amôres de um Mestre, “transformado em Armand Duval”.

E em outra carta, de 23 de abril: “A Eugênia Câmara sempre chegou a organizar a sua companhia dramática, que daria o seu primeiro espectáculo no dia 26: eu e o Idiota assinamos, ambos, cadeiras”.

O amigo lhe havia pedido a remessa de peças teatraes, mas não sabia de que especialidade, para atendê-lo.

Reclamou porque em carta recebida fôra tratado de “Exmo.”

“*O Acadêmico*” contra a “*Imprensa Acadêmica*”.

A vida acadêmica de São Paulo, além do interesse pelo teatro, como vimos, girava em torno de sociedades mais ou menos literárias, e de jornais e revistas, quase tôdas de existência efêmera.

Desde 1864 saía a *Imprensa Acadêmica*, “jornal dos estudantes de São Paulo, comercial, agrícola, literário e noticioso” Contra ela formou-se verdadeiro movimento, conforme carta de 26 de maio de 1868, de Aureliano a “U”:

“Por mais de uma vez, nas minhas cartas, te puz ao fato das misérias que enlodaram a Academia por ocasião de levantar-se a *Imprensa Acadêmica*. Está erguido o padrão de vergonha, mas uma minoria de gente muito seleta vai erguer ao lado da *Imprensa* um outro Jornal, ao qual eu presto tôda a adesão, com sacrifícios até, pecuniários e de tempo. Deve sair no comêço do mês próximo futuro, e por isso quero que tu me mandes dizer as assinaturas com que podes contar aí em Sorocaba, a fim de ser enviado o primeiro número. Desejo que ponhas nisto o maior empenho, pois se aqui estivesses e houveses presenciado tudo que de infame houve, estou certo que te lançarias de braços abertos no partido oposicionista chamado *protestante*, ao qual pertence a *Boêmia*³ tôda, sem exceção, Diana, Mourão⁴ e tôda a gente séria dos diversos anos.

“Ainda exijo mais de ti — quero que me envies sempre e sempre artigos teus para *O Acadêmico*, que serão aceitos e apreciados como foi a declaração que eu fiz de que te escreveria nesse sentido. Não faltes. Nós queremos que não haja comparação possível entre a *Imprensa* e *O Acadêmico* e para isso precisamos de bem *aparadas penas*. Não preciso declarar-te que a *trindade latra* está na *Im-*

3. Um dos vários clubes ou grupos existentes entre os estudantes.

4. AURELIANO MARTINS DE CARVALHO MOURÃO, mineiro, quintanista depois Deputado Geral.

prensa Acadêmica; deve ser para ti um péssimo título de recomendação”.

Saiu, realmente, a 7 de junho, o número inicial de *O Acadêmico*, “jornal jurídico, literário e noticioso”, tendo como redatores ostensivos Carlos Leôncio de Carvalho, José Francisco Diana e Fernando Osório. No dia 13, em carta a “U.”, comentou-o Aureliano:

“Pela carta escrita ao “B. Vinagre”⁵, soube que estavas com *asma na cabeça*. Eis a razão por que te absolve de não teres me escrito há muito tempo e sobretudo de não teres ainda enviado trabalho para *O Acadêmico*. Lembra-te que é uma liça de honra em que estão empenhados nomes de mais de um amigo teu, e, por isso, embora ausente, debes trabalhar por afastar tôda a possibilidade de confrontação com a *Imprensa* “quod Deus avertat”. Pelo correio passado devias ter recebido o primeiro número do *Acadêmico*. O programa (exceto o primeiro período) foi escrito por mim, mas isto por aqui considera-se secreto. Eu não procurei primar pelo estilo, mas pela sanidade das idéias. A *Imprensa* tem sido muito satirizada por anônimos no *Correio Paulistano*, nós não a temos combatido com essas armas pouco leais. Já apareceu um anônimo no “*Diário*” (*de São Paulo*), “contra um artigo do *Acadêmico* e consta-me que aparecerão mais. Se assim acontecer, escreverei uma série de cartas pelo *C. Paulistano*, esbor-doando os artigos da *Imprensa*, um por um. O trabalho já está começado e estou só à espera das agressões. Contra a opinião suspeita da *Boêmia*, não acho que tenha vasado muito sal no que está escrito, mas, pelo menos, muita ferocidade há.

“Realizo agora aquela idéia tão afagada por nós dois, em outros tempos, e atiro às fossas (*sic*) do público com

5. De 8 a 9 de março de 1868, há carta muito danificada, no Arquivo de Ubaldino, assinada “B.V ’ e “Ch.O” (Benedito *Vinagre* e Chico *Oreia*), colegas identificados, com notícias de outros e de São Paulo da época. Adiante reproduzida.

a “Lanterna de Diógenes”. Mas eu duvido que os homens se atrevam a continuar a agredir-nos; se o não fizerem, deixo-os em paz. Feliz de ti, U., que já estás longe desta canalha”.

Atividades jornalísticas estudantis (1868)

Em capítulo anterior continuamos a aproveitar cartas do terceiranista de Direito Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, de São Paulo em 1868 escritas ao ex-colega Ubaldino do Amaral, então advogado em Sorocaba. Proce- dentes do Arquivo dêste, mostram as preocupações de estu- dantes de um dos nossos mais importantes cursos superio- res, há um século.

Depois de comentar a saída do jornal *O Acadêmico*, contrário à mais antiga *Imprensa Acadêmica*, de outro grupo da Faculdade paulistana, continuou o filho do Vis- conde de Sepetiba, em carta de 13 de junho daquele ano:

“Pelo Machadinho⁶ soube que era quase certo ires para o Paraná e que já tinhas um partido vantajoso. Aprecio ver-te fora de Sorocaba, ainda que seja para aturar casca- bulhos no Paraná.

“Não sei se já te escrevi que o Lobato⁷ mandou pedir licença ao pai para casar-se, e está de pedra e cal para o fazer. Que asneirão!

“Se ainda tens aquêlê trabalho sôbre Pátria popular, não te esqueças de o mandar logo e logo. São precisas e muito precisas coisas de literatura agradável, porque quase todos estão escrevendo artigos de Direito ou sôbre matérias

6. Brasília Augusto Machado de Oliveira, depois Barão Brasília Machado.

7. Rodrigo Lobato Marcondes Machado, paulista, formado em 1867, portanto colega de Ubaldino. Ou Antônio Cordeiro de Negreiros Lobato, mineiro, da mesma turma, que Almeida Nogueira, em *A Academia de São Paulo — Tradições e Reminiscências*, 8ª Série (S. Paulo, 1910), pág. 137, registrou ser “muito sensível às setas de Cupido”.

que cansam a atenção e impróprias de um diário⁸. Você, o Jalhão Bueno⁹ e o Frederico Rêgo hão de, principalmente, suprir esta lacuna.

“Não querendo comprometer o jornal, pouco escreverei, mas entro com o contingente do meu dinheiro, da minha dedicação e, sobretudo, com os trabalhos dos meus amigos. Resta que êles não me deixem em falta.

“Viste como na *Imprensa* o Sr. Eudoro te plagiou e matou o assunto que tu aproveitaste tão bem? Que gente! Desconfio que o Eudoro é J. B.¹⁰, o herói da aventura.

Em pós-escrito, acrescentou Aureliano: “Recebi agora a tua carta muito cínica, em que mandas a lista de probabilidades de assinaturas e mais nada”.

Em segundo *P.S.*, acusou o recebimento de carta de Ubaldino, de 11, a que respondeu em outra fôlha, datada de 26:

“A tua carta de 11 alegrou-me por mais de um motivo. Formaste juízo favorável acêrca do *Acadêmico*, gostaste do meu artigo-programa, sem saber que era meu, e me prometeste escrever para o jornal. O segundo número, que te chegará juntamente com esta, ainda mais deve alegrar-te, pois está muito variado. Já dei as providências para que se remetesse às tuas probabilidades, e de certo já foram remetidos.

“Estou de acôrdo contigo nas críticas que fizeste. Eu também entendi que não se devia fazer uma lista de nomes no frontispício, mas nem todos pensam assim; demais, eu preciso mostrar que a gente melhor da Academia não tinha parte na *Imprensa* e não era solidária com os artigos que o Sr. J. Cesário¹¹ e outros escrevessem.

8. Todavia, *O Acadêmico* não era diário.

9. João Vicente da Silva Bueno, paulista, quintanista em 1868.

10. Talvez Joaquim Bento de Oliveira Júnior, companheiro de Ubaldino na Comissão de Redação da *Revista da Associação Tributo às Letras*, em 1863/1866

11. João Cesário dos Santos, paulista, formado em 1868.

“Aceito com todo o prazer os apontamentos que me ofereces sôbre Bibliotecas e Gabinetes de Leitura, e abraço o teu conselho, escrevendo sôbre isso um artigo de fundo¹². Quando achares outra idéia tão boa, transmite-a, que de idéias careço eu, e muito. Foi aceito com calor e até entusiasmo o teu oferecimento de correspondências tratando de importantes interêsses. Manda logo e logo. *O Acadêmico* tratará dos interêsses da Província. Aponta-me pessoa idônea para ser constituída recebedora de assinaturas aí, visto que tu te vais retirar já da cidade.

“O Idiota não faz parte da Redação, porque teimou em não aceitá-la; só tratou de nos empurrar para lá!¹³

“O Leôncio pretendia escrever sôbre recrutamento, mas, se está pronto o teu artigo, e o mandares, arranjaréi modo de o fazer publicar, visto que o outro ainda não está apresentado à Redação, e todos preferimos um artigo teu a qualquer outro¹⁴.

“Está respondida a tua carta. Adeus. Vou à ímproba tarefa de rever as provas do segundo número”.

Por estas últimas cartas de Aureliano Coutinho a Ubalduino do Amaral, vê-se como era grande o empenho de estudantes de Direito, de 1868, pôsto em suas atividades jornalísticas.

Ao seu editor e anotador atual, passado um século, é grato recordar que também êle, sessenta anos depois do filho de seu biografado *Visconde de Sepetiba*, a partir de 1928, estêve envolvido em luta idêntica, na antiga Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro. Isto

12. Em Sorocaba deu Ubalduino grande impulso a um Gabinete de Leitura. (Cf. ALMEIDA NOGUEIRA, *op. cit.*, pág. 270).

13. Prova de que não mereceria o apelido.

14. Recrutamento era assunto grave, à época da Guerra do Paraguai, já tendo gerado crise em São Paulo, contra o Presidente da Província, Desembargador José Tavares Bastos, em 1867, acusado de deslealmente ter conseguido recrutar grande número dos chamados “voluntários de pau e corda”.

quando, ao lado da tradicional revista dos alunos, *A Época*, ali surgiu uma primeira e efêmera revista de tendências comunistas, e a do grupo a que pertencia, apelidado *Caju*, a *Revista de Estudos Jurídicos e Sociais*, de saudosa memória. Era o tempo em que pleiteávamos, na Federação Acadêmica, a criação de uma cadeira de Sociologia, e lançávamos um Inquérito de Sociologia Brasileira, em torno da Formação Nacional, que mereceu a honra de ser aprovado pelo maior representante da especialidade, Mestre Oliveira Vianna.

Carta de dois estudantes de 1968

Em três capítulos anteriores, apresentamos, comentamos e anotamos trechos de várias cartas do então terceiranista da Faculdade de Direito de São Paulo, o carioca Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, segundo do nome, há um século dirigidas ao já bacharel paranaense Ubaldino do Amaral Fontoura. Aquêles, filho de um dos mais discutidos políticos do Segundo Reinado: o Visconde de Sepetiba¹⁵. O outro, depois político de certa importância, singularizado pelo desapêgo aos cargos públicos, na República Velha.

Carta de Benedito “Vinagre” e “Chico Oreia”

Quem salvou da destruição o Arquivo de Ubaldino, depois gentilmente pôsto à nossa disposição, para que o usássemos e dêle dispuséssemos como de nosso entender, também guardou uma já bem dilacerada carta de 8 e 9 de março de 1868, àquele ex-colega dirigida.

Assinada “B.V ” e “Ch.O.”, é de fácil identificação, pelo menos quanto ao primeiro signatário. Pois, por refe-

15. Publicamos sua biografia em *Centenário de Petrópolis — Trabalhos da Comissão*, vol. VII (Petrópolis, 1943) de que se tirou separata; depois incluída nos *Estudos de História Imperial* (S. Paulo, 1950)

rências de Aureliano, temos conhecimento tanto de um colega chamado Antônio Benedito dos Santos Malheiro, como de um apelidado Benedito “Vinagre” — e podemos assegurar que se trata da mesma pessoa, à vista de outra carta que, já formado, a 20 de novembro de 1868 dirigiu a Ubaldino, com assinatura integral¹⁶.

Quanto a “Chico Oreia”, dos Franciscos daquela época, biografados por ALMEIDA NOGUEIRA em *A Academia de São Paulo — Tradições e Reminiscências*, o que mais se aproxima do tipo sugerido pela missiva é o mineiro Francisco José da Silva Ribeiro, comumente também chamado “Chico Silva”¹⁷.

Também “Vinagre” e “Oreia” em sua carta se referem a um José “Idiota”, atribuindo-lhe estranhos hábitos.

Cumprimentaram o correspondente por sua brilhante estréia na terra do Rubino¹⁸ e das bestas, isto é, Sorocaba, embora o desejassem em São Paulo. Onde, entretanto, havia muito cinismo e pouco dinheiro, acrescentaram.

Deram notícias de outros colegas, inclusive do Padre Chico (Francisco de Paula Rodrigues), já quase calouro, em 1872 Professor de Francês das Aulas Menores da Faculdade.

Também o teatro, tão importante à época, figurou na carta, como já havia figurado nas de Aureliano. Um dos signatários vira, pela Companhia do Ginásio, *A Família Benoiton*, pelo ator Furtado Coelho, e teve saudades de seu “U.”; era uma boa composição de V. Sardou¹⁹, muito bem desempenhada.

16. “Vinagre” era o injurioso apelido então dado aos prestamistas e usuários, em S. Paulo. (Cf. AFONSO A. DE FREITAS, *A Imprensa Periódica de São Paulo*, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. XIX, de 1914, S. Paulo, 1915, pág. 510).

17. ALMEIDA NOGUEIRA, *op. cit.*, 8.^a Série, págs. 184/186.

18. JOSÉ RUBINO DE OLIVEIRA, depois Professor da Faculdade.

19. VICTORIEN SARDOU (1831/1909), dramaturgo francês.

Acontecimento literário do tempo era o *Rocambole*, famoso *roman-fleuve* de Ponson de Terrail²⁰. Segundo um dos correspondentes, tinham de vê-lo de todo jeito; também nas férias não ouvira falar em outra coisa. Até os caipiras nêle falavam²¹. Foi o seu martírio, o seu Cabrion²², o seu pesadelo. (Como agora as novelas de televisão, acrescentamos).

Também havia a mania do casamento entre os colegas: onze já se haviam casado. Entre êles o Lessa (o fluminense Carlos Marcondes de Toledo Lessa) e o Menandro (o gaúcho Menandro Rodrigues Fontes), ambos quintanistas.

A segunda parte da carta, escrita no dia 9, fêz-se depois de pequena refeição de doce de leite e queijo. (Não fôsse mineiro pelo menos um de seus autores!).

Continuavam a estar “bestas”, diziam, e como “bestas” morreriam. Mas não fazia mal, lá existia muita gente com a mesma doença. E onde havia maior cópia dêles era na Assembléia Provincial...

Todavia, um dos dois já tinha um caso continuado, gênero feminino...

Com mais notícias de colegas, sugeriam que todos deveriam cantar Béranger: “Les gueux, les gueux / Sont des gens heureux, / Ils s’aiment entre eux. / Vivent les gueux!”

Comentando, afinal, o preenchimento de uma vaga na Congregação da Faculdade, a do Professor Luís Pedreira do Couto Ferraz, asseguraram que para a mesma já exis-

20. PONSON DO TERRAIL (1829/1871), fecundo romancista francês.

21. Ainda em 1919, nas *Cidades Mortas*, irônicamente documentou Monteiro Lobato a sobrevivência da popularidade do *Rocambole* em velhas povoações do interior paulista.

22. Em 1866/1867 existiu em S. Paulo o semanário humorístico *Cabrião*, ilustrado por Ângelo Agostini. (Cf. AFONSO A. DE FREITAS, *op. cit.*, p. 510/517).

tiam seis candidatos: Delfin Pinheiro de Ulhoa Cintra Filho, Joaquim de Almeida Leite de Moraes (mais tarde Lente de Direito Criminal), Vicente Mamede de Freitas (depois Professor de Direito Civil), o “Padre Galego” (João Jacinto Gonçalves de Andrade, depois Cônego Arcipreste e Professor de Direito Eclesiástico), Américo Brasileiro de Almeida e Melo (apesar de republicano Professor em 1882) e Francisco Antônio Dutra Rodrigues (Professor Substituto em 1872).

Como se vê, nenhum dêles obteve, então, a entrada no corpo docente da Academia. Mas, com exceção do primeiro, que também o tentou, obtiveram-na posteriormente. A vaga citada, na cadeira de Direito Constitucional, das Gentes e Diplomacia, coube a Justino de Andrade, irmão do mencionado sacerdote, aliás seu substituto²³.

Perplexidades de Bacharel recém-formado

Em capítulo anterior, intitulado *Carta de dois estudantes de 1868*, dirigida ao já Bacharel Ubaldino do Amaral Fontoura, um dos signatários, “B.V.”, identificamos como Benedito “Vinagre”, aliás Antônio Benedito dos Santos Malheiros, de acôrdo com outra missiva, da mesma letra, esta assinada, depois também dirigida àquele destinatário.

Muito significativa nos pareceu esta, por refletir as habituais perplexidades que atingem os recém-formados, ainda um tanto incertos quanto aos rumos a tomar, imediatamente após a formatura.

Embora já bastante dilacerada, com vários trechos ilegíveis, adiante mesmo em parte a transcrevemos:

“U. do meu coração

23. SPENCER VAMPRÉ, *Memórias para a História da Academia de São Paulo*, cit., vol. II, passim.

“Há muito tempo que não te escrevo, sendo devedor de resposta — a razão tu deves calcular — excesso de trabalho e de preocupação.

“Estou já de ato e grau, tomado no dia 16 do corrente; felizmente deixaram-me passar rinchando e limpo e puro, como costumam dizer em certa *bitácula*, onde limpam e purificam as algibeiras dos . . . tolos²⁴. Estou Bacharel, U., assim como também o José Idiota”. (Segue-se um trecho dilacerado, como outros adiante indicados). . . “depois de 9 anos de *trabalho*²⁵, a estar habilitado para ganhar menos do que um trabalhador de enxada. O futuro do Magistrado é triste e desesperador, e o do Advogado, por experiência, sabes qual é²⁶. Quando me decidi a seguir esta malfadada carreira, deviam ter-me vestido um camisa²⁷ e pôsto na nuca um emplasto de cachorrinhos” (?). “Ó! eu invejo aquêles que vêm na Carta²⁸ uma chave de ouro, que abre tôdas as portas do futuro e que sonham quando a realidade *fria* está tão perto! Eu queria ser assim, queria ser cego e que não. . . possuído dêste desânimo. . . o incentivo do trabalho e todo gôsto do estudo. Até a presente data já foram simplificados²⁹ no 5.º ano 6 colegas: Vicente Xavier, João Vicente, Guerreiro Lima, José Manuel Freire Júnior, Melquiades e Marcínio José Cardoso de Araújo Abranches³⁰. No segundo ano foram alguns reprovados,

24. Alusão a botequim ou bar, como diríamos hoje, em que se reuniam estudantes de Direito de São Paulo, à época.

25. Para obter êste total, incluiria as Au'las Menores, como então se dizia, no Curso de acesso à Faculdade de Direito.

26. Ubaldino, formado em 1867, já advogava em Sorocaba.

27. Camisa de força, aplicada a loucos furiosos.

28. Carta de Bacharel em Direito..

29. Obtiveram notas 4 e 5, isto é, foram aprovados “simplesmente”.

30. Identificamos os de nomes completos: Vicente Xavier de Toledo Sobrinho (boêmio e colaborador do *Correio Paulistano*), João Vicente da Silva Bueno, Melquiades da Boa Morte Trigueiro.

lembro-me de João Tomás de Araújo e Otávio Pereira da Costa, môço inteligente e poeta erótico³¹ distinto. No 4.º ano, Escândalo!!!!!!! Não houve nada, absolutamente. Passaram todos plenamente, até os Rafaéis, os Caldas e os Ildefonsos³²!!! Isto causou-me nojo, não foi indignação: essa famosa plêiade alcançou aprovação plena num só ano, em que eu e os meus companheiros de desgraça fomos sacrificados. A imagem da Justiça, se não tivesse os olhos vendados, havia de ter um olhar bem expressivo para lançar sôbre A. Carlos — o cara d'estanho³³... — lentes justiceiros³⁴. Presunção e água benta”...

A seguir, abordou Malheiros o fim do jornal *O Acadêmico*, de que tratamos no capítulo intitulado “*Atividades jornalísticas estudantis (1868)*”, aqui incluído: “*O Acadêmico* fêz ponto final no n.º 15, e eu, apesar da minha proverbial atividade³⁵, vejo diante de mim uma dívida de 125\$000 e, não obstante minhas importunidades e fadigas, há redatores de cujo dinheiro não vi a cruz e côr; três raspam-se ficando a dever³⁶. — Ponto final.

31. Em sentido poético, a palavra “erótico” não tinha a atual e mais corrente acepção.

32. Por motivos óbvios, a êstes não identificamos.

33. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva (1830/1902, filho do primeiro dêsse nome, lente substituto da Faculdade desde 1859, depois de 1864 catedrático de Direito Comercial, jubilado em 1890. Embora muito inteligente, apresentam-no como pouco estudioso, mas não injusto com os alunos, como deu a entender o missivista. (Cf. SPENCER VAMPRE, *op. cit.*, vol. II, págs. 45/46.

34. Em incidente registrado entre professôres e alunos, a 27 de novembro de 1865, êstes chamaram ao Conselheiro José Maria de Avelar Brotero “lente justiceiro”, o que repeliu o lente, logo que dêles se distanciou... (Cf. ALMEIDA NOGUEIRA, 1.ª Série, pag. 269).

35. A de emprestar dinheiro aos colegas, donde proveio seu apelido de Benedito “Vinagre”

36. Ficara convencionado que as despesas seriam repartidas pelos redatores.

“O Leitão e o Leôncio³⁷ tiraram pontos para a defesa de teses, e o Padre-Mestre pretende tirar no fim do mês. Eu, que conheço todos, animei-o e espero que há de ser muito feliz. . . “Não fazes idéia quantas saudades levo do Banco e do principal e prêmios³⁸! Vou de S. Paulo, mas o coração aqui fica todo inteiro; o caso³⁹ está lindo como um querubim formoso e sedutor como uma criança loira é o chefe d’obra do pincel de Rafael — irmão em idéias do falecido Morais Pupo⁴⁰, de saudosa memória. Quando me escreveres a respeito, fala-me sempre de modo enigmático, para evitar qualquer apêto, a bom entendedor meia palavra.

“Já tirei a Carta e dediquei-a a meus Pais⁴¹, irmãos, parentes e amigos, em cujo número occupas um lugar muito distinto; no reverso pus: ao futuro d’América. América, *cujus nomen est casus*. Que tal o sofisma⁴²? . . .

“Estou com esperança de arranjar uma negociada com meu Pai — quero ver se ponho de sociedade com êle uma casa de comissão de café em Santos; se tal arranjar fico mais sossegado, porque tenho o banco perto e com facilidades que. . .⁴³.

37. Antônio Cândido da Cunha Leitão, em 1864 co-diretor de *A Crença Cismática*, em 1866 de *A Palestra Acadêmica*; Carlos Leôncio da Silva Carvalho (1847/1912), Doutor em 1869, Professor em 1871, político, jornalista, Ministro do Império em 1878.

38. Capital e juros de empréstimos aos colegas, como “Vinagre” ou usurário.

39. Alguma namorada.

40. Provavelmente Antônio de Morais Pupo, formado em 1862, cf. SPENCER VAMPRÉ, *op. cit.*, vol. II, pág. 729.

41. Manuel José dos Santos Malheiros e Gertrudes Carolina da Cunha, esta do “Título Cunhas Gagos”, da *Genealogia Paulistana*, de LUÍS GONZAGA DA SILVA LEME, vol. 5.º (S. Paulo, 1904), pág. 118.

42. Alusão à maçônica Loja América, de S. Paulo, a que pertenceram Ubaldino do Amaral, Rui Barbosa e muitos outros estudantes da época.

43. Aqui se vêem como as tendências práticas tentavam o bacharel não seduzido pela magistratura ou advocacia.

“O pai do Canto⁴⁴ veio assistir à formatura do filho, partem amanhã, talvez eu vá com êles. Dei graças a Deus por meu Pai não ter feito o mesmo, como pretendia — calculas os inconvenientes. Escreve-me para São João da Boa Vista, que eu serei pontual d’ora avante. Já é meia noite.

“Adeus. Receba os protestos de estima e amizade de
— Teu Amigo e Colega —

“A. B. Santos Malheiros.

“S. Paulo, 20 de novembro de 1868.

“*P.S* — O Chico, com grande escândalo está no 4.º ano⁴⁵; não escreve por andar muito ocupado; manda saudades ao Barata e envia-te o seu cartão. O Idiota partiu ontem²¹, e eu, por falta de condução⁴⁶ ainda estou na terra de Amador Bueno — não estou zangado por isso. Houve uma simplificação no 5.º, a do Peixoto de Melo⁴⁷. Adeus”.

Apesar da repugnância pela magistratura, conforme o início da carta acima transcrita, a ela pertenceu o também fazendeiro em São João da Boa Vista, Antônio Benedito dos Santos Malheiros. Casado com a mineira Maria Rita de Carvalho, teve o casal três filhos, um deles médico, uma das duas filhas casada com Juiz de Direito de Itaporanga⁴⁸.

44. José Custódio da Cunha Canto, em 1866 redator da acadêmica *Revista da Associação Tributo às Letras*.

45. Tratando-se de “Chico Oreia” signatário, com “B.V”, de outra carta a Ubaldino, não será o que aqui apontamos no capítulo anterior.

46. Para ir a São João da Boa Vista, grande parte do percurso teria de ser feito a cavalo.

47 José Belisário Peixoto de Melo.

48. LUÍS GONZAGA DA SILVA LEME, *op. et loc. cit.*

Acadêmicos e bacharéis de 1867/1873

No segundo capítulo desta série baseada no Arquivo de UBALDINO DO AMARAL, registramos o aparecimento, em São Paulo, a 7 de junho de 1868, de mais um órgão de alunos da Faculdade de Direito da Paulicéia, *O Acadêmico*, adversário da *Imprensa Acadêmica*, que vinha de 1864.

O mês seguinte assinalou importante mutação política, deixando o poder os liberais, a êle subindo os conservadores. Nessa saída do terceiro Ministério chefiado pelo Conselheiro Zacarias de Góis e Vasconcelos, e ascensão do segundo do Visconde de Itaboraá, vários historiógrafos pretenderam ver significativo ponto de referência na evolução do Segundo Reinado, destinado a descambar na Proclamação da República, vinte e um anos depois.

Aquela transformação imediatamente repercutiu na Faculdade de São Paulo, onde os estudantes festivamente receberam um dos Deputados Gerais que mais veementemente haviam combatido a mudança havida, o seu Professor, Conselheiro José Bonifácio de Andrada e Silva, chamado *o Môço*, para diferenciá-lo do avô, o Patriarca da Independência, de igual nome. Saudado pelo acadêmico Joaquim Nabuco, outro, que na ocasião também discursou, RUI BARBOSA, daí dataria sua entrada na vida política, para o Jubileu de meio século depois, 1918.

Vários estudantes dali partiriam para o republicanismo. Entre êles, Ubaldino do Amaral, nisso seguindo um amigo, ex-Presidente da Província, *o, como êle também* maçom, Conselheiro Joaquim Saldanha Marinho, anos depois alma danada e diabólica da imprópriamente chamada “Questão Religiosa” Seu amigo e correspondente Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, bisneto do primeiro José Bonifácio, portanto primo do segundo, conservou-se monarquista, fiel ao Partido Liberal.

“A *Imprensa Acadêmica*” e “O *Acadêmico*”.

Na luta entre *A Imprensa Acadêmica* e *O Acadêmico*, levou a palma a primeira, pois conseguiu durar mais alguns anos, até 1871, extinguindo-se o segundo no décimo-quinto número, a 19 de novembro, ainda de 1868.

Em 1870, eram primeiros Redatores da *Imprensa* os bons monarquistas e futuros Presidentes da República, Francisco de Paula Rodrigues Alves e Afonso Augusto Moreira Pena. Em 1871, foi Redator-Chefe Carlos Augusto de Carvalho, depois duas vêzes Ministro das Relações Exteriores, na República. Na *Imprensa Acadêmica* ardorosamente combateu um decreto do Ministro do Império, Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, bem como o ato da Congregação da Faculdade, que o mandava entrar em vigor. Por êsse motivo, respondeu a processo, foi suspenso por dois anos de receber o grau de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, — punição no ano seguinte espontâneamente invalidada pelo Imperador D. Pedro II. Novamente processado, por artigos a respeito escritos no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, sòmente a 29 de novembro de 1873 pôde prestar os exames do 5.º ano e colar grau⁴⁹.

Início de carreira do segundo Aureliano Coutinho.

Formado em 1870, Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho seguiu a carreira da magistratura. Foi Juiz Municipal em Amparo, na Província de São Paulo; Juiz de Direito no Prata e Barbacena, Minas Gerais, até 1879. De maio a julho a 1882, no efêmero Ministério presidido pelo excêntrico Conselheiro Martinho Álvares da Silva Campos, foi Chefe de Polícia da Côrte. Apesar da relativa importância

49. Conforme JOSÉ CARLOS DE CARVALHO, na biografia do irmão Carlos Augusto, apud DUNSCHES DE ABRANCHES, *Governos e Congressos da República — 1889 a 1917*, vol. I (Rio, 1918), págs. 86/87.

dêsse cargo, voltou a ser Juiz de Direito de Taubaté, de 1882 a 1889.

Dessa cidade paulista, de 21 de dezembro de 1883 datou outra carta ao amigo Ubaldino do Amaral. Nela tratou, primeiramente, de interêsse seu, no Montepio dos Servidores do Estado, que seu pai e homônimo criara, quando Ministro do Império, na Regência Trina Permanente⁵⁰. A propósito, registrou: “Ao mesmo tempo que perco uma renda de 2:400\$000 anuais, com que contava, ganho mais um filho para criar e educar. Bem bom! Se é verdade, como diz minha Mãe, que Deus envia provações aos bons, tenho um pouco o direito de enfileirar-me entre êles. Valha-me isso, ao menos”.

O segundo Aureliano Coutinho e “os micróbios do jornalismo”

Conforme capítulo anterior, o segundo Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, filho do Visconde de Sepetiba, de igual nome, depois de formado em Direito, na gloriosa turma de 1870, da Faculdade de São Paulo, iniciou-se na carreira da magistratura. A ela voltou, depois de breve passagem, de maio a julho de 1882, pela Chefia de Polícia da Côrte, quando efêmero Presidente do Conselho de Ministros o original Conselheiro Martinho Álvares da Silva Campos, mais acostumado às funções de oposicionista que ao exercício do govêrno.

Era, portanto, novamente Juiz de Direito, então em Taubaté, quando, depois de ter gravemente insultado, nas páginas de seu pasquim *O Corsário*, os oficiais de um dos corpos da guarnição do Rio de Janeiro, o jornalista de escândalo Apulco de Castro, sentindo-se ameaçado, a 25

50. HELIO VIANNA, *Visconde de Sepetiba*, separata de *Centenário de Petrópolis — Trabalhos da Comissão*, vol. VII, cit., pág. 131; nos *Estudos de História Imperial*, cit., pág. 59.

de outubro de 1883 foi pedir garantias ao nôvo Chefe de Polícia, Desembargador Belarmino Peregrino da Gama e Melo. Conseguiu a autoridade, para atender ao panfletário, que ao sair êste da Secretaria da Polícia, sita à Rua do Lavradio, esquina da Rua da Relação, fôsse acompanhado, até um carro, pelo Capitão Ávila, auxiliar do Ajudante-General do Exército, que com êsse fim o enviara. O que não impediu que atacasse Apulco um grupo de onze oficiais, disfarçados com barbas postiças, prontamente o matando a punhaladas e tiros. Entre os assassinos, provàvelmente como chefe ou orientador, estava o violento Capitão Antônio Moreira César, então apenas transferido para Mato Grosso, depois arbitrário fuzilador de prisioneiros, em Santa Catarina, 1894, inglòriamente vencido e morto em luta contra os fanáticos sertanejos de Canudos, 1897⁵¹. Punição, aquela, que se não deixou de considerar inevitável a tão habitual caluniador, que a ninguém poupava, nas colunas de seu infame pasquim.

Nos seguintes têrmos e com o título adiante indicado, comentou êsse acontecimento, em carta de 21 de dezembro de 1883, dirigida ao amigo Ubaldino do Amaral, o ex-Chefe de Polícia Aureliano Coutinho:

“Um trecho de História Antiga, que é também moderna”

“Como sabes um pouco a história da minha campanha contra os *micróbios* do jornalismo, hás-de convir que já fui profeta na minha terra, pois disse um dia ao mais audaz, porém não o mais infame dêsses vermes⁵², o se-

51. Cf. HERMETO LIMA e MELO BARRETO FILHO, *História da Polícia do Rio de Janeiro*, vol. III (Rio, 1944), pág. 120/123, onde também se transcreve conhecido trecho de Euclides da Cunha, em *Os Sertões*, sobre Moreira César.

52. Se o autor se não referia, então, a Apulco de Castro, seria interessante saber-se a quem mencionava como ainda “mais infame” do que aquêle que apontava como “o mais audaz”.

guinte: — “O Sr. levanta uma onda tal, que eu hoje não posso garantir-lhe, como pede, sua propriedade; e tempo virá a que nem eu, *nem ninguém* lhe poderá garantir nem a própria existência!”

“A outra pessoa, disse eu: — “O processo que mandei instaurar será ineficaz contra os exploradores do escândalo, que estão escondidos atrás dos *testas-de-ferro*⁵³, mas não é ineficaz para adormecer a indignação pública e impedir que ela faça explosão na praça pública, explosão que eu já consegui sopitar por duas vêzes, mas que não poderei dominar sempre.

“O, por tantos títulos miserável, Apulco de Castro, talvez se lembrasse, quando estava morrendo, das palavras que eu lhe dissera naquela mesma casa⁵⁴ em que êle deu a alma ao diabo.

“Consta-me que a hidra ressurgiu, e que está trazendo o Tito⁵⁵ em bolandeira. Agora, muito à puridade, mais uma profecia: hão de afinal reconhecer que o único meio eficaz de matar os *micróbios* sem ferir a imprensa, que é ou aparenta de séria, é o meu projetado e abortado meio — uma postura que feche na mão da Polícia os vendedores

53. Era habitual, no século passado, o recurso aos *testas-de-ferro* para burlar as leis que regiam a punição ao excesso dos ataques jornalísticos caluniosos: apresentava-se como autor do escrito impugnado um miserável qualquer, que, por algum dinheiro, sujeitava-se a responder criminalmente pela injúria alheia, embora notôriamente não a pudesse ter redigido.

54. A Secretaria de Polícia da Côrte.

55. Conselheiro Tito Augusto Pereira de Matos, Bacharel de 1857, da Faculdade de Direito de São Paulo, Chefe de Polícia da Côrte no Ministério presidido pelo Jurista Conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira, que teve de arcar com as conseqüências políticas e morais do assassinato de Apulco de Castro. Substituiu naquele pôsto ao Desembargador Belarmino Peregrino da Gama e Melo.

de jornais, como estão fechados os condutores de veículos públicos, por meio de carteiras ou títulos de habilitação⁵⁶.

“Estou calado, porque não devo falar, mas a ti e confidencialmente digo: os acontecimentos me deram e ainda não de me dar razão.

“Ai! que estou te *caceteando*. Adeus.

“Teu amigo muito amigo
“Aureliano”.

Aureliano Coutinho e Ubaldino do Amaral

É curioso notar como colegas e amigos de mocidade, podem tomar rumos profundamente diversos, na chamada “vida prática”. Foi o que ocorreu com o segundo Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho (1847/1897) e Ubaldino do Amaral Fontoura (1842/1920). Do Arquivo dêste, felizmente salvo, aqui transcrevemos, em sete capítulos anteriores, várias cartas, muito significativas quanto a alunos da Faculdade de Direito de São Paulo, provindos de diversas Províncias do Império, há um século ali diplomados Bacharéis.

O segundo Aureliano Coutinho.

Já vimos como o carioca, filho e homônimo do Visconde de Sepetiba, depois de formado em 1870, embora por algum tempo tivesse trabalhado no escritório de advocacia do prestigioso Conselheiro Francisco Otaviano de Almeida

56. Não deixava de ser hábil o recurso proposto pelo ex-Chefe de Polícia: contrôle da imprensa, através dos vendedores de seus órgãos. Hoje, porém, não seria mais aplicável, por seu desenvolvimento, e, felizmente, pela diminuição dos pasquins e verrinas, e de seus infames processos de ataques à honra alheia. Aliás, a própria legislação também se modernizou, tornando obsoletas as antigas Leis de Imprensa, vigentes no Primeiro e Segundo Reinados, como na República Velha.

Rosa, no Rio de Janeiro, iniciou a difícil carreira da magistratura, sendo Juiz Municipal em Amparo, na Província de São Paulo; Juiz de Direito no Prata e Barbacena, na de Minas Gerais, até 1879. De maio a julho de 1882 ocupou função mais elevada, a de Chefe de Polícia da Côrte, no efêmero Ministério liberal presidido pelo Conselheiro Martinho Campos. Voltou, porém, ao cargo de Juiz de Direito de Taubaté, até 1889.

Com a Proclamação da República, não sendo de seus imediatos adesistas, passou a ocupar posições diferentes. Assim, foi Gerente da Caixa Filial do Banco do Brasil, em São Paulo, até 1891.

Realizou, então, o desejo de tantos ex-alunos da Faculdade de São Paulo: foi nomeado Professor Catedrático de História do Direito Nacional, recebendo o grau de Doutor.

Além das atividades didáticas, outras, literárias, também assinalaram a relativamente modesta carreira de Aureliano Coutinho. Preparou uma *Coletânea de Autores Clássicos e Lições de Filosofia*. Traduziu obras francesas, como *O Padre Constantino*, de LUDOVICO HALEVY; *Pintura a Fresco*, de OUIDA; a profética *Viagem através do Mundo Solar e Heitor Servadac*, de JÚLIO VERNE; *Cartas a Márcio*, de GEORGE SAND; *Honra de Artista*, de OTÁVIO FEUILLET.

Prefaciou as *Madresilvas*, de BRASÍLIO MACHADO, e um drama de UBALDINO DO AMARAL.

Consta ter deixado em início outros trabalhos, inclusive uma biografia do pai, uma *História do Direito Nacional, Relações da Igreja com o Estado, ante o Direito Brasileiro*.

Faleceu em Taubaté, 1897, aos cinqüenta anos de idade⁵⁷.

57 Cf. SPENCER VAMPRÉ, *op. cit.*, vol. II, pág. 592/593, onde foram mencionadas biobibliografias de Rafael Corrêa da Silva, na *Revista da Faculdade de Direito de São Paulo*, de 1897; e o *Dicionário Biográfico Brasileiro*, de Sacramento Blake, vol. I.

Na política republicana, não foi feliz o Desembargador Aureliano. Tendo participado dos trabalhos da Constituinte paulista de 1891, elegendo-se Senador estadual, foi entretanto tido como suspeito, pelo arbitrário govêrno do Vice-Presidente Marechal Floriano Peixoto, em 1893⁵⁸.

Concluindo, se a sua biografia não apresentou as realizações a que parecia destinada, nem por isso foi menos digna de seus antepassados, o pai Sepetiba, o bisavô José Bonifácio de Andrada e Silva. Também deixou descendentes ilustres: um filho do mesmo nome, igualmente Bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo. Entre os netos, José Bonifácio de Oliveira Coutinho, também Professor daquela Faculdade, genro do Presidente Campos Sales. Entre os bisnetos, o Engenheiro Frederico de Oliveira Coutinho, morto no desastre aéreo da recepção a Santos Dumont no Rio de Janeiro, 1928. Entre os trinnetos, outro José Bonifácio Nogueira Coutinho, Secretário da Agricultura do Governador Carvalho Pinto, ex-candidato ao govêrno paulista⁵⁹.

Ubaldo do Amaral.

Muito diferente da de Aureliano, a biografia de seu amigo Ubaldo do Amaral.

Nascido na Lapa, quando o território depois paranaense ainda era paulista, distinguiu-se ainda estudante. Formado em 1867, a princípio advogou em Sorocaba, depois no Rio de Janeiro, no escritório do Conselheiro Joaquim Saldanha Marinho.

58. JOÃO MONTEIRO, *Discurso na Sessão Magna de 1.º de Novembro de 1897*, no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, na respectiva *Revista*, vol. II, de 1896-1897 (S. Paulo, 1898), pág. 416.

59. Cf. MARINA DE ANDRADA PROCÓPIO DE CARVALHO, *A Família Andrada*, na *Revista do Instituto Heráldico-Genealógico*, de S. Paulo, ano IV, n. 7, do 1.º semestre de 1940, pág. 86; SALVADOR DE MOYA, *Titulares do Império*, no *Anuário Genealógico Brasileiro*, também de S. Paulo, ano III, 1941, pág. 417/418.

Abolicionista e republicano, com o advento do nôvo regime várias vêzes teve abertas as possibilidades de longa carreira política, que entretanto mostrou desprezar, preferindo a de advogado.

Logo após o 15 de novembro, foi Inspetor da Alfândega do Rio de Janeiro.

Presidente do Conselho da Intendência Municipal da Capital Federal, em 1890.

Eleito Senador pelo Estado do Paraná, ao Congresso Constituinte de 1890/91, pertenceu à Comissão dos 21, encarregada de rever o Projeto de Constituição. Renunciou ao mandato em dezembro dêsse último ano. Reeleito em 1892, novamente renunciou em 1894, tendo sido, no Senado, 1.º Secretário e Vice-Presidente.

Nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal, também por pouco tempo exerceu o cargo, a que renunciou em 1896.

Nomeado Prefeito do Distrito Federal, pelo Presidente Prudente de Moraes, estêve no pôsto de 23 de novembro de 1897 a 15 de novembro de 1898.

Em 1903 passou a Diretor do Banco da República e membro do Conselho da Junta Administrativa da Caixa de Amortização. Em 1909, presidiu o Banco do Brasil.

Também foi membro dos Tribunais Mistos, Brasileiro-Boliviano e Brasileiro-Peruano.

Advogado do Estado do Paraná, na questão de limites com o de Santa Catarina.

Lente da Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro e de outros estabelecimentos de ensino da capital do país.

Presidente da Sociedade de Legislação Comparada.

Como se vê, exerceu muitos cargos públicos e particulares, não demonstrando, porém, grande interêsse por nêles permanecer. Preferiu a fidelidade à advocacia. Daí o ter sido apelidado, por um jornalista, “O Ex-Tudo” Talvez o mesmo a quem classificou como “finíssima pin-

tura sôbre porcelana de Sèvres, num vaso noturno”⁶⁰. Em 1896, conforme demonstramos, lembrou-se dêle, para candidato à sucessão presidencial de Prudente de Moraes, outro Bacharel de São Paulo, o primeiro Chefe de Polícia da Capital Federal republicana, o campineiro João Batista de Sampaio Ferraz⁶¹. Mais tarde, sua volta ao Senado foi impedida pelo todo poderoso caudilho Pinheiro Machado, que cinicamente alegou “não poder contar com o seu voto”⁶². O que honra ao preferido, não ao onipotente *dego-lador* de eleitos, chefe do felizmente transitório Partido Republicano Conservador⁶³.

Américo Brasiliense e a crise política de fevereiro de 1891

Personalidade das mais curiosas da História Política de São Paulo, é, sem dúvida, Américo Brasiliense de Almeida e Melo (1833/1896).

Nascido na capital paulistana, era seu pai influente político liberal em Sorocaba, Deputado Provincial em

60. Cf. DUNSCHEE DE ABRANCHES, *Governos e Congressos da República — 1889-1917*, 1.º vol. (Rio, 1918), p. 257/258; ALMEIDA NOGUEIRA, *op. cit.*, oitava série, págs. 268/274; LAURÊNIO LAGO, *Supremo Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal — Dados biográficos (1828-1939)* (Rio, 1940), págs. 171/172; A. TAVARES DE LYRA, *O Senado da República, de 1890 a 1930*, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 210, de janeiro-março de 1951 (Rio, 1953), pág. 17.

61. Conforme trabalho adiante transcrito.

62. Narrou-nos o fato o ex Deputado, Ministro e Senador, além de historiógrafo, Augusto Tavares de Lira, que o ouviu do próprio Pinheiro Machado.

63. Êste trabalho foi primeiramente publicado em oito Folhetins da quarta página do *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, a 28 de setembro, 4, 11 e 25 de outubro, 1.º, 8, 15 e 22 de novembro de 1968. Foram revistos para esta reedição na *Revista da Faculdade de Direito de São Paulo*, devida à gentileza dos ilustres amigos Professôres Drs. Vicente de Paulo Vicente de Azevedo e José Carlos de Ataliba Nogueira. A conselho do primeiro, acrescentamos os três capítulos seguintes, também referentes a antigos estudantes da mesma Faculdade.

várias legislaturas, pôsto que passou ao filho, Bacharel em Direito desde 1855, advogado e magistrado logo depois.

Membro do Partido Liberal, foi nomeado Presidente da Província da Paraíba em 1866; mas, eleito Deputado Geral por São Paulo, em 1868 teve a Presidência da mais importante Província do Rio de Janeiro.

Ocorrida a mutação política desse ano, com a subida ao poder dos conservadores, voltou a advogar em São Paulo, onde organizou a maçônica Loja América, foco de abolicionismo e republicanismo, que figura na biografia de muitos paulistas e moradores de São Paulo, inclusive estudantes oriundos de outras Províncias, desse tempo.

Passando a pertencer ao efêmero Partido Radical, como tantos outros liberais despeitados pela saída do poder, aderiu ao Manifesto Republicano de 1870.

Em 1878 publicou seu mais importante, embora tendencioso, trabalho escrito, dedicado à História Política: *Os Programas dos Partidos e o Segundo Império*. Convém notar que, com êle, vê-se que o êrro do título já se generalizava entre nós, pelo exemplo francês: embora tivéssemos apenas *um Império*, com *dois Reinados*, aqui também errôneamente já se falava, como até hoje, em *Primeiro e Segundo Impérios*...

Apesar de suas idéias republicanas, em 1882 conseguiu entrar no corpo docente da Faculdade de Direito de São Paulo, como Lente substituto.

Proclamado o nôvo regime, fêz parte da Comissão, presidida por outro antigo liberal e Presidente de Províncias, Saldanha Marinho, encarregada de preparar o primeiro projeto de Constituição da República.

Ao entrar em mais uma grave crise o Govêrno Provisório do Marechal Deodoro da Fonseca, em janeiro-fevereiro de 1891, escreveu Américo Brasiliense ao também “republicano histórico” Ubaldino do Amaral Fontoura, então Senador pelo Paraná, uma carta em que deixou bem nítida sua angústia pela situação então vivida pelo país, às

vésperas da promulgação da primeira das numerosas cartas constitucionais do nôvo regime. Guardada pelo destinatário, hoje, por generosa doação de quem salvou o seu Arquivo em nosso poder, é o seguinte o respectivo texto, que bem mostra como não podia saber o destino que o esperava o seu signatário, desde 27 de setembro de 1890 inútilmente nomeado Ministro do Brasil em Portugal:

“São Paulo, 12-II-91

“Dr. Ubaldino

“Pode parecer um pouco impertinente esta carta: mas quem está longe do teatro dos acontecimentos naturalmente se deixa impressionar pelo que ouve, não tendo esclarecimentos que o habilitem a formar juízo seguro.

“Por aqui há *negras* notícias sôbre a situação política no Rio: o Martinico⁶⁴ (isto em reserva entre nós) tem propalado novas desprestigiadoras do govêrno e principalmente de alguns membros dêle; sei disto por pessoas que o ouviram; eu, porém, não me encontrei com êle. Também o redator do *Estado de São Paulo*, Dr. J. Mesquita⁶⁵, diz que a situação republicana está perdida, e que a restauração monárquica está à porta, tendo militares por sustentáculos.

“Dos jornais consta que o J. Simeão⁶⁶ está de *entente* com o Pelotas⁶⁷ e outros antigos monarquistas do Sul; e

64. Martinho da Silva Prado Júnior, republicano, apesar de irmão do ex-Senador e Ministro do Segundo Reinado, Conselheiro Antônio da Silva Prado (que depois aderiria à República) e de Eduardo da Silva Prado, sempre fiel à Monarquia.

65. Júlio de Mesquita, Redator-Chefe do jornal *O Estado de São Paulo*, ex-*A Província de São Paulo*.

66. Marechal-de-Campo João Simão de Oliveira, então Senador pelo Estado de Pernambuco, que transitôriamente governara, e em opposição ao govêrno do Marechal Deodoro. Depois da renúncia dêste, foi primeiro e efêmero Ministro da Guerra do Vice Presidente Marechal Floriano Peixoto.

67. Segundo Visconde de Pelotas, Marechal José Antônio Corrêa da Câmara, ex-Senador do Império, que, tendo aderido à República, continuou chefe político no Rio Grande do Sul.

que o Custódio⁶⁸ faz franca oposição à atualidade e tem muita gente que o acompanha. A *Gazeta de Notícias* diz que o discurso, em que falou que “o país há de expulsar os mercadores do templo”, foi aplaudido pela *maioria do Congresso*⁶⁹...

“Não me poderá Sua Senhoria dar a sua opinião franca sòbre as nossas coisas?”

“Estão os republicanos do govêrno batidos pelos de 15 de novembro⁷⁰ e também pelos antigos correligionários⁷¹.”

“No mesmo successo, trabalho de restauração⁷² ou simples desejo de substituir o pessoal do govêrno⁷³?”

“Eu estimarei saber o que há, principalmente porque não quero sair às escuras, para a missão no estrangeiro⁷⁴.”

68. Contra-Almirante Custódio José de Melo, então Deputado ao Congresso Constituinte por seu Estado natal, a Bahia, em oposição ao govêrno do Marechal Deodoro, contra o qual dirigiu o *pronunciamento* de 22 de novembro de 1891, que teve como consequência a renúncia do primeiro Presidente da República. Com a ascensão ao poder do Vice-Presidente Marechal Floriano Peixoto, dêle foi Ministro da Marinha, embora depois chefe da Revolta da Armada.

69. O primeiro Congresso Constituinte da República, instalado a 15 de novembro de 1890.

70. Referia-se aos vários Ministros do início do Govêrno Provisório, que a 22 de janeiro de 1891 já o haviam abandonado, por divergências com Deodoro.

71. Os *republicanos históricos*, isto é, anteriores a 15 de novembro de 1889.

72. A possibilidade da restauração monárquica, nos anárquicos primeiros tempos da República, constituía permanente preocupação dos partidários desta.

73. Os do nôvo Ministério de 22 de janeiro de 1891, dominado pelo compadre de Deodoro, Henrique Pereira de Lucena, Barão de Lucena, titular da pasta da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, interinamente da Justiça.

74. Referia-se á sua nomeação para Ministro do Brasil em Portugal, pôsto diplomático do qual ainda não havia desistido e nunca chegaria a exercer.

“Tenha (?) Sua Senhoria uns 5 minutos e escreva-me.

“Do atento colega e amigo

“A. Brasiliense”.

Como se resolveu a crise de fevereiro de 1891, todos sabemos. Intimidado o Congresso Constituinte pela abertamente propalada possibilidade de sua eminente dissolução, inclusive por ter estabelecido sua continuidade em legislatura ordinária, depois de ultimada sua tarefa de elaboração constitucional, a 24 do mesmo mês, não conseguiu eleger, no dia seguinte, para a Presidência, da República, seu próprio Presidente e natural candidato, o também “republicano histórico” Prudente José de Moraes e Barros. Teve de eleger, embora pela diferença de apenas 27 votos (122 contra 95), o próprio Chefe do Govêrno Provisório, Marechal Manuel Deodoro da Fonseca. Infantil e perigosamente vingou-se, não elegendo para a Vice-Presidência o candidato oficial, Senador e Vice-Almirante Eduardo Wandenkolk, ex-Ministro da Marinha, dando o pôsto, por maioria muito superior àquela, de 96 votos, ao também Senador e ex-Ministro da Guerra, Marechal Floriano Vieira Peixoto. Do que se arrependeria amargamente, como todos sabem...

No desacôrdo então vigente, entre o primeiro Presidente e os chefes republicanos paulistas, o mais extraordinário é que o beneficiário foi o tão inquieto Américo Brasiliense. Sua surprêsa, a respeito, teria sido imensa, se pudesse adivinhar. Agindo como hábil intermediário junto ao poderoso quase Primeiro Ministro Barão de Lucena, o Conselheiro Carlos Leôncio de Carvalho, coube-lhe indicar aquêle para o disputado pôsto de Governador do Estado de São Paulo⁷⁵. A 7 de março de 1891, menos de um mês depois da expressiva carta acima transcrita, tomou posse do tão ambicionado cargo.

75. Cf. SPENCER VAMPRÉ, *Memórias para a História da Academia de São Paulo*, vol. II (S. Paulo, 1924), pág. 326.

Nomeado Ministro da Fazenda do governo dito constitucional, do Marechal Deodoro, a 22 de maio seguinte, teve o bom senso de não aceitar a pasta. De 13 de junho a 16 de julho interrompeu o seu governo paulista, ocupando-o o Vice-Governador José Alves de Cerqueira César. Retomou-o, mas teve de deixá-lo definitivamente, quando as desconfianças do Marechal Presidente da República levou-o ao *golpe de Estado* de 3 de novembro e à renúncia de 23 do mesmo mês e ano, depois do primeiro *pronunciamento*, na véspera, do Contra-Almirante Custódio José de Melo.

A surpresa da ascensão de Américo Brasiliense ao governo paulista, em detrimento dos alegados “direitos” de seus maiores “republicanos históricos” (Prudente de Moraes, seu irmão Manuel de Moraes e Barros, Campos Sales, Francisco Glicério), foi registrada pelo próprio Imperador, em um de seus *Diários do exílio*⁷⁶.

Com a queda de Deodoro, não deixou o arbitrário Vice-Presidente em exercício, Marechal Floriano, de aproveitar a oportunidade para derrubar todos os Governadores estaduais que ao *golpe de Estado* de 3 de novembro haviam aderido, entre eles Américo Brasiliense. A única exceção foi Lauro Sodré, Governador do Pará. O de São Paulo foi apeado do poder a 15 de dezembro ainda de 1891, quando o substituiu o Major Sérgio Tertuliano Castelo Branco.

Embora não estimasse Américo Brasiliense, nomeou-o, Floriano, Ministro do Supremo Tribunal Federal, a 15 de outubro de 1894, pôsto de que entretanto só tomou posse depois do início da Presidência Prudente de Moraes, a 24 de novembro seguinte. Faleceu em seu exercício, a 25 de março de 1896⁷⁷.

76. Cf. HELIO VIANNA, *Diários do exílio de D. Pedro II* (1889/1891, em *D. Pedro I e D. Pedro II — Acréscimos às suas Biografias* (S. Paulo, 1966), pág. 271.

77. Este capítulo foi primeiramente publicado em dois Folhetins do *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, aparecidos a 20 e 27 de dezembro de 1968.

Ubaldino do Amaral lembrado para a Presidência da República

À margem de uma inexistente *História da República Velha*, bastante minuciosa a ponto de comportar semelhante capítulo, haveria lugar para um em que se registrassem as frustradas candidaturas ao seu pôsto supremo. Tanto aquelas que chegaram a existir (as de Prudente de Moraes em 1891, Lauro Sodré em 1897/98, Rui Barbosa em 1909/10 e em 1919, Nilo Peçanha em 1921/22), como as que não passaram de “balões de ensaio” ou de malogrados desejos, os do prepotente Pinheiro Machado, por exemplo.

Afinal, mesmo incluindo-se a *República Nova*, posterior a 1930, só tivemos *um* Presidente da República que *não foi candidato ao cargo*; que, conforme nos disse no dia em que foi indicado, “não moveu um só dedo para obtê-lo”: exatamente o antepenúltimo, Marechal Humberto de Alencar Castello Branco.

Episódio que acreditamos até agora desconhecido, é o revelado pela carta adiante transcrita, do ex-Chefe de Polícia do primeiro Distrito Federal, João Batista de Sampaio Ferraz, em 1896 de Londres dirigida ao ex-Senador pelo Paraná, ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal e futuro Prefeito do Distrito Federal em 1897/98, Ubaldino do Amaral Fontoura (1842/1920).

Guardada no Arquivo dêste, foi-nos oferecida por quem o salvou da destruição. E aqui a divulgamos, como singular documento do tempo em que um “republicano histórico” espontâneamente lembrava-se de sugerir para a Chefia da Nação um seu colega, que entretanto salientava-se pelo desapêgo às elevadas posições que merecidamente ocupou.

Como já várias vêzes nos ocupamos da biografia de Ubaldino, preliminarmente convém acrescentar algumas linhas sôbre seu correspondente.

Sampaio Ferraz.

Sampaio Ferraz nasceu em Campinas, 1857, filho de fazendeiros. Formado em Direito pela Faculdade de São Paulo, 1878, veio para o Rio de Janeiro, onde foi Adjunto de Promotor Público de 1881 a 1884, Promotor Público da Côrte até 1889.

Desde o ano anterior aqui dirigiu *O Correio do Povo*, órgão republicano. Proclamado o nôvo regime, escolheu-o o Govêrno Provisório para o difícil cargo de Chefe de Polícia da nova Capital Federal. “Nêsse pôsto melindroso, deu caça sem tréguas aos chamados *capoeiras*, temíveis facinoras que, organizados em grupos sanguissedentos, infestavam os bairros da cidade, provocando distúrbios e aterrorizando a população. Nessa perseguição, não poupou filhos de famílias ilustres, pertencentes a essas maltas de desordeiros, provocando mesmo uma crise no seio do Govêrno Provisório, por causa da deportação para Fernando de Noronha de um irmão de certo titular, amigo íntimo e dedicado de Quintino Bocaiúva, que, por êsse motivo, chegou a exonerar-se do Ministério. Não houve empenhos nem solicitações que fizessem Sampaio Ferraz desfazer o seu ato, aliás prestigiado firmemente por Deodoro”. (Referia-se Dunschee de Abranches, autor dêsse trecho, a certo Juca, irmão do cidadão brasileiro, mas titular português, Conde de São Salvador de Matosinhos, proprietário do jornal republicano *O País*, de que desde 1884 fôra Redator-Chefe Quintino, malgrado primeiro Ministro das Relações exteriores do Govêrno Provisório).

Eleito Sampaio Deputado pelo Distrito Federal ao Congresso Constituinte de 1890/91, exerceu o mandato até o fim da primeira Legislatra republicana, em setembro de 1893.

Na Presidência Campos Sales voltou à Chefia de Polícia do Rio de Janeiro, de 15 de novembro de 1898 a junho de 1900. Retornou à Câmara dos Deputados no triênio de

1900 a 1902, ainda pelo 1.º Distrito da Capital Federal. Não tendo o mandato renovado, dedicou-se à advocacia⁷⁸

Carta de Sampaio Ferraz a Ubaldino.

É o seguinte o texto da citada carta de Sampaio Ferraz a Ubaldino do Amaral, sugerindo a candidatura dêste à Presidência da República, em sucessão a Prudente de Moraes:

“Prezado amigo Ubaldino.

“Londres — 3 — Julho — 1896.

“Permita que eu vá perturbar um pouco os seus afazeres — fazendo-o ler êsse *imbroglio* incluso.

“Sabe bem o meu amigo que a Política é uma terrível bruxa — da qual tanto mais a gente se aproxima quanto mais deseja afastar-se.

“É o caso que eu ando, há muito tempo, metido comigo e arredio da ação — por desgostos de tôda a ordem, que não têm sido parcimoniosos para mim.

“No entretanto, não consegui e creio que jamais conseguiria, ser indiferente ao mal-estar político de nossa terra.

“Vejo as coisas tão mal encaminhadas — os horizontes tão escuros — que a mim se me afigura uma espécie de co-autoria não deixar de parte os legítimos ressentimentos para tentar algum remédio⁷⁹.

“O meu amigo sabe bem o quanto eu tenho sempre me preocupado com a nossa desgraçada República e me justificará, por certo, dêsses naturais impulsos que me levam ainda algumas vêzes a desejar interferir nas lutas políticas

78. Cf. DUNSCHEE DE ABRANCHES, *Governos e Congressos da República — 1889 a 1917* (Rio de Janeiro, 1918), vol. I, págs. 336/337.

79. Era êste o pretexto dos chamados “republicanos históricos”, para intervir, pelo menos com veementes críticas, contra a República que, como tanto então se repetiu, “não era a de seus sonhos”...

que a anormalidade das condições de vida do nôvo regime está sempre criando”.

“Leia com atenção essa carta ao Dr. Prudente e, se entender conveniente, queira ter a bondade de fazê-la entregar em mão própria, se fôr possível⁸⁰.

“Sei que seria uma quase ofensa à sua desambição e desinterêsse, punctuados em cada deporta (?) da sua vida pública e particular, mas, não seria nôvo para você asseverar — que não vejo um outro sucessor no nosso mundo político — para o Prudente, que não seja o meu caro e querido amigo.

“Direi, por exemplo, que a sua personalidade não é isenta de senões — mas — um sobretudo — a bondade exagerada e, daí, um pouco de complacência para os que nem sempre a merecem — seria sufocado pela necessidade de enrugiar algumas vêzes os sobrolhos; os outros peccadilhos comuns aos grandes homens — desinterêsse, excessiva modéstia, constante despreocupação pessoal, etc., etc.

“Sei que estou enfadando-o com êste assunto — mas, que quer, nem sempre se pertencem os cidadãos fadados a servir grandes causas e cumprir elevadas missões.

“A sua nova posição — ao em vez de arrancá-lo à flutuação política, a mim me parece que mais o aproximará das camadas sociais da mediania, as únicas que jamais serão embaraçadas de ser o esteio mais forte da República⁸¹.

80. Embora não fôsse achada, no que resta do Arquivo de Ubalino do Amaral, essa carta de Sampaio Ferraz ao Presidente Prudente de Moraes, à vista do caráter daquele, duvidamos que lha entregasse, sendo mais provável que a devolvesse ao autor, certamente desinformado de circunstâncias peculiares ao Brasil político de meados de 1896.

81. Encontrando-se na Europa, é possível que Sampaio Ferraz ainda não tivesse conhecimento de que desde 4 de maio de 1896 Ubalino do Amaral havia sido exonerado, a pedido, do cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

“Você sabe que eu nunca o lisongearia — mas — a mim é impossível, como será talvez à maior parte de nossos correligionários⁸², estabelecer confronto entre os merecimentos do amigo como homem político são e sem *chanfraduras* e os outros que por aí só cogitam da indecente politicagem e de quantos recursos indecorosos até lhes lembra o afã de subir — a sêde tantálica de governar — ainda que em uma necrópole política.

“Não leve a mal estas linhas que vêm do coração e da consciência.

“Estou projetando ir em outubro para lá — deixando, porém, aqui, a *pequenada*.

“Se, por ventura — achar conveniente a entrega da carta e se ela conseguir abrir um pouco os olhos ao Prudente — eu seguirei antes — em ordem a ver se consigo alguma organização séria.

“Poderei estar iludido, mas, com muito esfôrço e algum apoio moral do Prudente — ainda que fôsse dado com o maior sigilo e tática, estou esperançado de que pudesse surgir um grupo eficaz e moralizado⁸³.

“Espero que esta os encontre, a todos, com saúde e felizes.

“Eu e os meus vamos passando regularmente.

“Queira sempre acreditar-me

“Seu velho amigo obrigadíssimo

“Sampaio Ferraz.

“14 Kildare Gardens.

“Bayswater (Londres).”

82. Referia-se aos membros do Partido Republicano Federal, chefiado pelo hábil mas, afinal, vencido, Francisco Glicério, a quem não acompanhou Ubaldino, quando contra a sua liderança declarou-se o próprio Presidente da República.

83. Como se vê, Sampaio Ferraz propunha-se a vir organizar trabalho político em favor da candidatura de Ubaldino.

Inútil seria acrescentar que nenhum seguimento teve a lembrança de Sampaio Ferraz em favor da eventual candidatura de Ubaldino do Amaral à Presidência da República. Talvez por modéstia dêste.

Os acontecimentos políticos de fins de 1896 e de todo o ano seguinte, aliás inutilizariam quaisquer possibilidades naquele sentido. Doente o Presidente Prudente de Moraes, afastou-se do cargo a 10 de novembro de 1896, ocupando-o, com suposições de permanência, o Vice-Presidente Manuel Vitorino Pereira, até 4 de março de 1897. Grave era, então, a situação em Canudos, pela fragorosa derrota da expedição militar contra os fanáticos comandada pelo arbitrário Coronel Antônio Moreira César. Vencidos os sertanejos, em outubro, o atentado contra a vida do Presidente da República, a 5 de novembro do mesmo ano, mudaria ainda mais o ambiente político. Isto, e a também muito séria situação econômica e financeira do país, vigente desde 1889, agravada com o rompimento de Prudente com o Partido Republicano Federal, de Francisco Glicério, conduziram à candidatura, fàcilmente vitoriosa, em março de 1898, do ex-Governador de São Paulo, o também “republicano histórico” Manuel Ferraz de Campos Sales, para o quadriênio seguinte.

Ao fazer sua proposta, relativa a Ubaldino, político do Paraná, Sampaio Ferraz não tinha a experiência depois divulgada, quanto à fragilidade política dos Estados menos populosos, que não dispunham de grandes representações na Câmara dos Deputados, como Minas Gerais e São Paulo. Aquilo que a Augusto Tavares de Lira, do Rio Grande do Norte, que no-lo contou, disse Lauro Müller, de Santa Catarina: — “*Seu Lira, nós, políticos dos Estados pequenos, nos banquetes da república não somos mais que as rodela de limão, que enfeitam os leitões assados*”⁸⁴.

84. Este capítulo foi primeiramente publicado em dois Folhetins do *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, aparecidos a 30 e 10 de janeiro de 1969.

Prudente de Moraes e as terras devolutas.

A História das Sesmarias, isto é, a do aproveitamento das terras devolutas, começou, em Portugal, antes do Descobrimento do Brasil, pois sua primeira lei data do Reinado de D. Fernando I, o Formoso, ainda no século XIV.

Descoberto o nosso país, veio autorizado a distribuir terras de sesmaria o Capitão-Mór da primeira frota que, além da exploração da costa e da luta contra os entrelopos franceses que a freqüentavam, também estava encarregada de iniciar sua colonização: Martim Afonso de Sousa. A mesma autorização tiveram os Donatários das Capitánias Hereditárias, os Governadores do Brasil e das Capitánias Reais.

O regime da concessão de sesmarias alcançou o Brasil-Reino e o Império, somente recebendo modificação essencial pela Lei de Terras de 1850, cuja reforma se não ultimou até a Proclamação da República.

De acôrdo com a Constituição de 1891, passaram aos Estados as terras devolutas situadas nos respectivos territórios⁸⁵.

Êsse regime prejudicou a política federal de imigração, motivo pelo qual tentou modificá-lo o govêrno do Presidente de Moraes. Em 1896 extinguiu-se a Inspetoria Geral de Terras e Colonização, passando suas atribuições à Diretoria Geral da Indústria, do Ministério da Viação, Obras Públicas, Indústria e Comércio, visto ter sido anteriormente extinto o da Agricultura.

85. Cf. HELIO VIANNA, *As Sesmarias no Brasil*, tese apresentada e debatida no II Simpósio dos Professôres Universitários de História, reunido em Curitiba, outubro de 1962, no ano seguinte publicado nos respectivos *Anais*, vol. II, págs. 247/274; transcrita, com acréscimos, nos *Capítulos de História Luso-Brasileira* (Lisboa, 1968), págs. 31/79.

Consulta do Presidente da República.

Sôbre o assunto, a 11 de julho consultou o Presidente ao seu amigo Ubaldino do Amaral, Senador pelo Paraná e ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal, na seguinte carta, guarda pelo destinatário:

“Dr. Ubaldino

“Peço a sua opinião sôbre a constitucionalidade e vantagem para os interêsses nacionais da resolução do Congresso que vai junto a esta. Chamo a sua atenção especialmente para a disposição do artigo 1.º.

“Desculpe a maçada, que provàvelmente não será a última.

“Do colega e amigo obrigadissimo

“Prudente de Moraes”⁸⁶.

Resposta de Ubaldino do Amaral.

No dia seguinte, prontamente respondeu o consultado:

“Rio, 12 Julho 1896.

“Sr. Presidente.

“Cumprindo a ordem que V. Excia. me dá em carta de ontem, recebida hoje, submeto à sua apreciação o meu parecer sôbre o projeto relativo a terras devolutas.

“Presumindo que há urgência na solução dêsse negócio, escrevi ao correr da pena, sem consultar livro ou documento algum. Julguei poder fazê-lo, por ter opinião, por vêzes manifestada, sôbre o assunto.

86. Papel timbrado do “Gabinete do Presidente da República”, antes da data tendo impressa a indicação: “Capital Federal” “Colega”, embora Prudente tenha se formado em 1863, Ubaldino em 1867.

“Aguardando novas ordens com que V. Excia. se digne honrar-me, subscrevo-me, com a maior consideração e respeito,

“de V. Excia.

“colega e amigo grato

“U. do Amaral”⁸⁷.

Apesar dos propósitos reformistas do govêrno de Prudente de Morais, sòmente em 1907, sendo Presidente da República o Conselheiro Afonso Pena, Ministro da Viação Miguel Calmon du Pin e Almeida, pôde ser retomado o assunto, criando-se naquela Secretaria de Estado a Diretoria do Serviço de Povoamento, a que ficou afeta a importante matéria. Sòmente em 1909 restaurou-se o Ministério da Agricultura.

Muito ainda teríamos de evoluir, até chegar à legislação do govêrno do Presidente Marechal Castelo Branco, que criou o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA)⁸⁸.

87. Conforme originais em nosso poder, por gentileza de quem salvou o Arquivo de Ubaldino do Amaral e quis conservar o anonimato, apesar da benemerência de sua ação.

88. Êste capítulo foi primeiramente publicado em Folhetim do *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, aparecido a 20 de setembro de 1968.